Processo nº: 0072846-85.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição:

I - RELATÓRIO Trata-se de ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de TRANSPORTES PARANAPUAN S.A. e CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES, onde se alega o descumprimento ao artigo 414 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, na medida em que uma das linhas operadas pela empresa (linha 323 Bananal - Castelo) não opera durante a madrugada, conforme apurado em fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes por requisição ministerial no âmbito do Inquérito Civil em apenso, tendo como consequência a lavratura dos Autos de Infração de fls.01-A / 49. Requer a concessão de medida liminar que determine às rés a prestar o serviço de transporte coletivo de forma eficaz, adequado, contínuo e seguro, cumprindo os horários estipulados pelo Poder Concedente para a linha 323, durante o período noturno, sob pena de pagamento e multa no importe de R\$ 100.000 (cem mil reais), que deverá ser vertido ao Fundo de Defesa os Direitos Difusos. Requer ainda, a confirmação da tutela antecipada, indenização à título de danos morais e pagamento de honorários no importe e 20% ao valor da causa. Decisão de concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional de mérito às fls. 11/12. Contestação da primeira ré as fls. 18/ 26, na qual argui que a falta no serviço público ocorreu de forma esporádica e pontual, ou seja, apenas no dia 13/09/2014. Contestação da segunda ré as fls. 37/157, na qual argui a ilegitimidade passiva por se tratar de concessionária líder, que só estaria obrigada a cuidar dos assuntos inerentes ao próprio contrato de concessão e não quanto a prestação do serviço. Réplica do parquet as fls. 159/169, na qual afirma que há legitimidade da segunda ré, pois se trata de consórcio prestador de serviço público, sujeito, portanto, ao código de defesa do consumidor, e, por conseguinte, à responsabilidade solidária. Documento juntado pela segunda ré as fls. 173/263, no qual colaciona o edital de licitação para a prestação do serviço objeto da lide. Às fls.80/99, o Ministério Público apresentou réplica, reiterando os argumentos expendidos na inicial e o pedido de antecipação de tutela. II - FUNDAMENTAÇÃO Tratam os autos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público, lastreada em inquérito civil onde se apura irregularidade na linha 323 operada pela empresa de transporte ré. A lide envolve controle de legalidade da prestação do serviço ao consumidor. Assim, aplicável ao presente caso o Código de Defesa do Consumidor, pois o usuário do ônibus insere-se no conceito de consumidor previsto no art. 2º do CDC, e a prestadora do serviço insere-se no conceito de fornecedor previsto no art. 3º do mesmo diploma legal, caracterizando-se assim autêntica relação de consumo. Uma vez aplicável o Código de Defesa do Consumidor, está presente a responsabilidade solidária das rés na forma do artigo 7º, parágrafo único e artigo 28 do CDC. De acordo com a legislação consumerista, as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da relação de consumo. Portanto, a segunda ré tem obrigação de fiscalizar não só o contrato, mas a prestação de serviço que lhe é inerente. A obrigação do delegatário do serviço público de manter serviço adequado, eficiente e de qualidade possui fundamento constitucional, legal e contratual. É dever das concessionárias e permissionárias prestar um serviço adequado e de qualidade dentro dos parâmetros mínimos pré-estabelecidos pelo Poder Concedente, sendo certo que, na definição de um serviço como público já se pressupõe a existência de um interesse público legalmente reconhecido. A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos, além da obrigação da concessionária, constitui também direito básico do consumidor, estabelecido no art. 6º, inc. X, da Lei 8078/90. Destaque-se, outrossim, que o Código do Consumidor, no art. 22, obriga as concessionárias do serviço público a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. O artigo 333, I e II do Código de Processo Civil/73 (conforme artigo 373 I e II do CPC/2015) preceitua que incumbe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito e ao réu à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No caso em comento o Ministério Público demonstrou cabalmente que a linha 323 não operava com regularidade no período noturno. Tal fato não negado pelo primeiro réu, sob o fundamento de que a irregularidade somente ocorreu em um dia determinado. Porém, é certo que esse episódio isolado não foi comprovado pelo réu e observando o conjunto probatório carreado aos autos, chega-se à conclusão que de fato a linha não operava de forma regular habitualmente. A ré tenta embasar suas alegações em jurisprudência, que pouco lhe favorece. Os casos trazidos não se confundem com a situação que ora se

apresenta, uma vez que os julgados colacionados tratam de situação em que apesar de não ter a linha de ônibus operado de forma regular, havia outras linhas que faziam o mesmo percurso. Portanto, a coletividade não ficou desamparada. No caso que ora se julga, a ré não comprovou que havia outras linhas nas quais o consumidor pudesse se valer. Ao contrário, o que se verifica nos autos é que a linha 323 não prestava serviço no período da madrugada, eis que os próprios relatórios trazidos aos autos às fls. 274/282, mostram que variava em torno das 21 horas e 30 minutos a saída do último carro para a viagem na linha em comento, com duração média de 40 minutos de percurso, ou seja, não está abrangido neste intervalo o período da madrugada, portanto, violando o direito do usuário à prestação adequada do serviço e sua ocorrência afronta diretamente o princípio da eficiência na prestação do serviço de transporte público. Em relação à pretensão indenizatória, seja por danos morais, seja por danos materiais, a mesma não pode ser acolhida. O dano moral coletivo só se torna reparável perante um direito transindividual, e não diante de um direito individual, ainda que homogêneo. Para endossar tal raciocínio, lembre-se que os direitos difusos e coletivos são indivisíveis, e seus titulares indeterminados; ao passo que os direitos individuais homogêneos são divisíveis, e seus titulares, determinados. Estes devem buscar a reparação do dano moral de forma individual, e não coletiva. Ademais, não resta configurado danos à segurança efetiva aos usuários, mas tão somente o mero desconforto, incapaz de gerar a indenização pleiteada. III - DISPOSITIVO Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, a fim de determinar que as rés regularizem, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o serviço de transporte coletivo na linha 323 (Bananal X Castelo - Via Cacuia), ou outra que vier a substituí-la, disponibilizando ônibus durante o horário da madrugada, com intervalos não superiores a 60 (sessenta) minutos, na forma determinada pelo Poder Concedente, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para cada ocorrência devidamente registrada por órgão competente, salvo caso fortuito ou força maior, desde que comprovado. Quanto ao pedido de condenação em honorários sucumbenciais, este não merece prosperar. Se o Ministério Público não é sucumbente na ação civil pública, ele também não pode receber honorários de sucumbência. Nesse sentido, é o entendimento do STJ: PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MINISTÉRIO PÚBLICO AUTOR E VENCEDOR - DESCABIMENTO. 1. Não ocorre ofensa ao art. 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide. 2. Na ação civil pública movida pelo Ministério Público, a questão da verba honorária foge inteiramente das regras do CPC, sendo disciplinada pelas normas próprias da Lei 7.347/85. 3. Posiciona-se o STJ no sentido de que, em sede de ação civil pública, a condenação do Ministério Público ao pagamento de honorários advocatícios somente é cabível na hipótese de comprovada e inequívoca má-fé do Parquet. 4. Dentro de absoluta simetria de tratamento e à luz da interpretação sistemática do ordenamento, não pode o parquet beneficiar-se de honorários, quando for vencedor na ação civil pública. Precedentes. 5. Recurso especial não provido. (Grifos nossos - REsp 1302105/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 14/08/2013) Deixo, portanto, de fixar honorários sucumbenciais em favor do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em razão do princípio da simetria. Assim sendo, observada todas as etapas processuais, assegurado o direito da ampla defesa e o contraditório, dou por prestada a tutela jurisdicional, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma prevista no art. 269, I do CPC. P.I. Decorrido o prazo das vias recursais, dê-se ciência pessoal ao Ministério Público.

Processo nº: 0072846-85.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: O réu, Transportes Paranapanuan S/A, interpôs embargos de declaração em face da sentença de fls. 286/289, imputando-a de obscura e contraditória. Argumenta que

não foi definido o que seria 'horário da madrugada' constante da parte dispositiva do julgado, assim como não foi esclarecido qual seria o 'órgão competente' para constatar eventual descumprimento da obrigação de fazer. Prossegue o embargante, asseverando haver contradição entre a motivação e as conclusões do julgado, no que se refere a aplicação do disposto no art. 414 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam supridas a obscuridade e contradição apontadas. Por seu turno, às fls. 327/320, o Ministério Público também interpôs embargos declaratórios, tendo o parquet asseverado que o julgado incorreu em contradição ao não confirmar a tutela de urgência na forma em que foi deferida. O órgão ministerial sustenta que enquanto a decisão em sede de tutela de urgência faz menção a 'horário noturno', a sentença embargada fez alusão a 'horário da madrugada' termo de menor abrangência do que aquele que foi usado na referida decisão. Requer o provimento do recurso para sanar a contradição apontada. Os embargados se manifestaram na forma prevista no art. 1023, § 2º do CPC/15. Ambos os embargos são recebidos eis que tempestivos, sendo certo que o recurso ministerial merece provimento e o do réu provimento parcial, como se verá a seguir. Uma questão é comum aos dois recursos, qual seja a utilização na sentença embargada da expressão 'horário da madrugada'. Neste passo, assiste razão ao Ministério Público ao apontar contradição no julgado, na medida em que a decisão de fls. 11/12 expressamente fez menção ao termo 'horário noturno', relacionando-o com o disposto no art. 414 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, enquanto na sentença foi utilizada a expressão 'horário da madrugada' que nem ao menos constou do pedido inicial. Ora, deve prevalecer então, o termo 'horário noturno' e aqui se abre um parêntese para definir tal expressão, como sendo 'aquele compreendido entre as 23:00 (vinte e três horas) de um dia e as 5:00 (cinco horas) do dia seguinte'. No tocante ao órgão competente para fiscalizar eventual descumprimento da decisão, esclareça-se que, embora na hipótese dos autos o transporte coletivo seja efetivado por concessão da municipalidade, a menção na sentença da expressão 'órgão competente', visa dar a maior abrangência possível aos órgãos responsáveis pela fiscalização de transportes coletivos, sejam eles municipais ou estaduais, com o cuidado de excepcionar eventual descumprimento com as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado nos autos. Por fim, outra questão constante do julgado deve ser corrigida de ofício. Trata-se da forma de incidência da astreinte. Na verdade, a multa deve incidir sobre cada ocorrência de descumprimento da obrigação estabelecida na sentença, e não de forma diária como constou no julgado. Ante o exposto, dou provimento aos embargos de declaração interposto pelo Ministério Público, e provimento parcial ao recurso interposto pelo réu para alterar a parte dispositiva da sentença de fls. 286/289 que passará a ter a seguinte redação: '...JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, a fim de determinar que as rés regularizarem, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o serviço de transporte coletivo na linha 323 (Bananal X Castelo - Via Cacuia), ou outra que vier a substituí-la, disponibilizando ônibus durante o horário noturno, compreendido entre as 23:00 (vinte e três horas) de um dia e as 5:00 (cinco horas) do dia seguinte, com intervalos não superiores a 60 (sessenta) minutos, na forma determinada pelo Poder Concedente, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), incidente sobre cada ato de descumprimento, devidamente comprovado através de fiscalização do órgão competente, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado...' Mantenho, no mais, a sentença tal como lançada às fls. 286/289, devendo eventual irresignação ser manifestada perante a Instância revisora. À vista da interposição de apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões (art. 1010, § 1º do novo CPC), observando-se quanto aos efeitos do recurso, o que dispõe o art. 1012 do referido dispositivo legal. Intimem-se.